

qualificada. De um lado, traz ao leitor informações detalhadas que permitem resgatar a origem histórica dessas organizações no Brasil, identificar as ONGs brasileiras e paulistas que têm se evidenciado em razão de suas propostas e/ou da efetividade de suas ações, bem como as mais importantes experiências nacionais, no tocante a parcerias voltadas para o desenvolvimento de projetos na área social. Por outro lado, apresenta reflexões e análises teóricas a respeito do papel que essas organizações vêm assumindo nas nossas sociedades, partindo do ponto de vista crítico. Em três dos quatro artigos, os autores contribuem para o esclarecimento e para o entendimento da temática, fornecendo ao leitor informações que contextualizam os cenários econômico, político e social – mundial e nacional – em que se dá o surgimento e a consolidação das ONGs e do conceito de terceiro setor. Assim procedendo, contribuem para dissipar a confusão que um certo discurso ideológico tem procurado instaurar a respeito do papel social e político dessas organizações na sociedade atual, discurso esse dedicado a encobrir a desigualdade na distribuição da riqueza e do poder no interior da sociedade capitalista.

*Maria Rosa Lombardi*

Faculdade de Educação da Unicamp  
Fundação Carlos Chagas

### **TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS**

Simone de Castro Tavares Coelho  
São Paulo: Senac, 2000, 223p.

Já se tornou quase um lugar-comum nas ciências sociais a constatação de que as últimas décadas do século XX conheceram a entrada na cena política de novos atores sociais, agrupados considerando-se demandas e valores também inovadores em referência aos padrões de representação política vigentes na primeira metade do século. Esses novos sujeitos coletivos,

difíceis de ser equacionados pelas teorias críticas de base classista, por serem refratários às conceituações tradicionais, mobilizaram um significativo esforço teórico da sociologia contemporânea para identificá-los e para dar conta de seu dinamismo. Conceitos como “movimentos sociais” e “organizações não governamentais”, entre outros, foram elaborados para caracterizar esses agentes e instituições da vida social, os quais se referem a um âmbito de atuação pública não pertencente ao Estado nem ao mercado. Todavia, muito resta a esclarecer nesse campo.

Na verdade, no caso brasileiro, pode-se avaliar que a discussão voltada à temática centrou-se mais nos efeitos políticos do surgimento dos novos atores, do que em sua caracterização empírica. Poucos estudos sistemáticos voltaram-se para o deslindamento do perfil desse universo inovador de atuação política no país, sua composição social, suas práticas e discursos, seu financiamento, suas relações com o Estado e com os agentes do interesse privado. Por isso, a publicação, pela Editora do Senac do trabalho de Simone de Castro Tavares Coelho é extremamente oportuna. Originário tese de doutorado da autora na Universidade de São Paulo, o texto apresenta uma densa revisão bibliográfica sobre o tema e os resultados de uma pesquisa realizada em São Paulo e em Pittsburgh, abordando entidades civis que atuam na área de educação infantil.

Um ponto alto do livro está na busca de um esclarecimento conceitual construído pela adição cumulativa de características que identificam o terceiro setor: “conjunto de organizações sociais sem fins lucrativos”, que realiza “atividades não coercitivas”, buscando atender “necessidades coletivas e públicas”, enfim “organizações privadas, sem fins lucrativos, e que visam à produção de um bem coletivo”. Tal definição circunscreve o âmbito empírico do conceito, diferenciando-o dos “movimentos sociais” (pela perenidade institucional de seus membros), e sobrepondo-se

ao conceito de “organização não governamental”, que constitui parte de seu universo de abrangência. Na conceituação adotada, a diversidade do terceiro setor sobressai e abriga tanto grupos de cidadãos que se associam voluntariamente, visando a um objetivo comum, quanto entidades de defesa de direitos difusos, e ainda instituições que prestam serviços públicos. Fazem parte de seu âmbito tanto associações assistenciais quanto fundações de diversos tipos, e mais o diversificado universo das organizações não governamentais – diferenciadas por uma estrutura organizacional mais moderna que os outros tipos de instituições mencionadas. Só o universo das ONGs já recobre, num rol não exaustivo, organizações caritativas, desenvolvimentistas, cidadãs e ambientalistas.

De posse de uma delimitação clara do objeto, a autora parte para a análise comparativa da legislação que regulamenta o funcionamento do terceiro setor nos EUA e no Brasil, dando destaque aos mecanismos de financiamento e fiscalização existentes nos dois países. No caso brasileiro, constata que “o controle exercido sobre as verbas... é incipiente e realizado de forma indireta e sem aplicação de sanções adequadas”, o que, em parte, se explica pela vigência de legislações antiquadas e abrangentes, que normatizam para instituições e atividades muito diferenciadas. Já, nos Estados Unidos, onde as relações entre o Estado e o terceiro setor são intensas, o controle e a avaliação das ações aparecem como o ponto chave das parcerias, fato que se expressa no intraduzível conceito de *accountability*, que se refere à transparência e à responsabilização pela atividade desenvolvida. Entretanto, não são só diferenciações que emergem da análise comparativa, traços comuns – como o caráter urbano das ONGs e sua maior facilidade de diálogo com os governos locais – também ficam evidentes na caracterização efetuada do terceiro setor nos dois países.

Fechando o volume, Simone Tavares Coelho aborda o tema da relação do terceiro setor

com o Estado, colocando-se contrária à postura teórica que só concebe conflitos e antagonismos entre eles, e constatando que no Brasil tal relacionamento “tem ocorrido sem que haja uma orientação política ou a definição de metas e parâmetros específicos, ou seja, uma intenção consciente e premeditada para o estabelecimento de uma relação”. Situação que, segundo a autora, começa a mudar na atualidade num “processo rico de troca e interação” entre atores estatais e do terceiro setor. O livro termina com um responsável alerta quanto à importância ímpar da ação do Estado no Brasil, para responder às necessidades de inclusão social, evitando “o equívoco de fazer uma apologia desmesurada do terceiro setor e despolitizar as questões sociais”.

*Antonio Carlos Robert Moraes*

Departamento de Geografia da  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências  
Humanas da Universidade de São Paulo

## **AVALIAÇÃO, IMPASSES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

José Roberto Rus Perez

Campinas: Unicamp, 2000, 241p.

O livro retrata 23 anos de história da rede pública estadual paulista, realizando uma criteriosa análise sob a perspectiva de avaliação de políticas, mas sem abrir mão de “uma avaliação política da política” (p. 22).

O estudo busca desenvolver uma distinção entre as fases da *policy*: a constituição da agenda; sua formulação, implementação e avaliação, enfatizando tanto o momento em que as propostas conquistam forma e estatuto de política ao serem definidas as metas, os objetivos e os recursos, quanto à sua implementação, isto é, quando a política se transforma em programa de governo. Ao contemplar a política educacional numa perspectiva histórica enfatizando seus principais programas, tipos de processo decisório, estrutura organizacional, mecanismos